POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO PACÍFICA DE CONFLITOS E RESPONSABILIDADE DO ESTADO: APONTAMENTOS A PARTIR DA LÓGICA COERENTISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Humberto Lima de Lucena Filho¹

Lauro Ericksen Cavanlanti de Oliveira²

Resumo: O presente trabalho tem o escopo mais amplo de abordar como o Estado deve se comportar em face dos conflitos sociais a partir da adoção de políticas públicas que os sanem. Os objetivos específicos do artigo consistem em expor a problemática do impasse entre os conflitos sociais e um vetusto método de pacificação pautado pela litigiosidade. Como matriz metodológica de trabalho recorre-se as premissas lógicas do coerentismo para explicar a necessidade de uma adoção de políticas públicas centradas na resolução pacífica. Como resultado, obtém-se que ao se trilhar uma perspectiva de interpretação coerentista dos conflitos sociais se tem uma melhoria em suas possibilidades de resolução, em termos de efetividade. Conclui que o compromisso público pela resolução conflitiva passa, sobretudo, por uma abordagem pacifista de sua execução.

Palavras-chave: Políticas públicas; Responsabilidade do Estado; Coerentismo

PEACEFUL MANAGEMENT CONFLICTS PUBLIC POLICIES AND STATE RESPONSABILITY: NOTES FROM THE COHERENTIST LOGIC IN FEDERAL CONSTITUTION OF 1988

Abstract: The current paper aims, in an overall way, to study how the State should behave itself towards the social conflicts over the public policies that solve them. The specific objectives of the article are to expose the problem of deadlock between social conflicts and an age-old method of pacification guided by litigiousness. As methodological basis the work resorts to the logical premises of coherentism to explain the need for adoption of public policies based on peaceful resolution. As a result, it obtains the premise that the coherentist interpretation of social conflicts provides an improvement in the chances of resolution in terms of effectiveness. It concludes that the public commitment by the resolution passes conflictive, especially, by a pacifist approach to its implementation.

Keywords: Public policies; State Responsibility; Coherentism

¹Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Pesquisador do Programa de Recursos Humanos em Direito do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Nº 36 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - PRH-36 ANP/MCT/UFRN (2005-2006). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Potiguar - UnP/*Laureate International Universities*. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Oficial de Justiça Avaliador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Professor do curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN.

²Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Aluno especial do Doutorado em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Oficial de Justiça Avaliador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª região.

1 INTRODUÇÃO

O despertar de diversas nações para o fato de que o sistema judiciário assentado no monopólio jurisdicional está ficando cada vez mais sobrecarregado com demandas que poderiam ser facilmente resolvidas extrajudicialmente – ou por intermédio de uma maior proatividade dos agentes envolvidos em solucionar por métodos mais consensuais - tem proporcionado uma reanálise das funções do Estado e sua conduta quanto ao tratamento adequado dos conflitos. Entretanto, o debate em tela proposto vai além de uma mera detecção das implicações numéricas dos relatórios do Conselho Nacional de Justiça, por exemplo. Há uma problemática a ser encarada e que corriqueiramente é relegada a plano inferior. A solução pacífica de controvérsias, recorrentemente encarada como mera opção do Estado-juiz, partes e atores judiciais merece um tratamento mais relevante do que se a ela dispensa. Aliás, a seu bom tempo, demonstrar-se-á que não só merece como deve ser tratada como instituto privilegiado frente aos tradicionais meios de coerção e à ‘cultura da sentença’.

No que diz respeito à justa composição dos conflitos, assim como em relação a qualquer ramo do Direito, a Constituição Federal de 1988 dispõe de uma mensagem específica: o modelo deve ser pautado na busca pela pacificação das relações harmonicamente desequilibradas e não para o fim do conflito de interesses em si.

Urge realizar um debate que envolva a ampliação do conceito de acesso à justiça e de mecanismos efetivos capazes de solucionar os conflitos de forma serena. As mudanças necessárias para a consecução de tal objetivo abarcam compreensões sobre uma nova política e administração judiciária e suas respectivas democratizações, inovações e reformas no campo Justiça Estatal ou Comunitária, tal qual a retomada do pluralismo jurídico e as razões que fomentam a cultura de litigância na sociedade brasileira.

Dentre as várias alterações estudadas no âmbito da sociologia jurídica quanto à contenciosidade (e sua redução para a atenuação deste quadro) tem sido estimulado o (res)surgimento dos Métodos Alternativos de Solução de Disputas, os quais abrangem a arbitragem, a mediação e a conciliação. A alternatividade se refere à Justiça Convencional, no sentido de que tais mecanismos demonstram-se mais céleres, consensuais e menos onerosos, ainda que existam defensores da jurisdição como via opcional³.

Destarte, o significado a ser impresso a tais métodos não será unicamente de alternatividade, e sim de pacificação, haja vista exigirem a harmonia e a convergência de

³Importante pontuar que há a aplicabilidade de alguns desses métodos na constituição interna do processo, *e.g.*: os movimentos e campanhas pela conciliação carreadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

vontades das partes que integram o conflito para a real efetividade. Naturalmente, o pensamento inicial gira em torno do alívio da sobrecarga do Poder Judiciário com a quantidade de demandas. Não obstante seja deveras efetivo na solução de litígios, buscar-se-á o estudo o prisma mais de capacidade pacificadora do que o efeito acelerador das resoluções e consequente observância de celeridade e razoável duração do processo, segundo reza o art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988.

De acordo com uma apresentação sistematizada do corpo constitucional, e de toda a integração normativa das demais espécies reguladoras da vida social nos moldes hodiernos, tem-se que todo o universo jurídico deve estar em sintonia para que suas disposições sejam minimamente eficazes, aliás, mais que isso, para que elas façam algum sentido e não sejam simplesmente tidas como um amontoado de regras (ou melhor, de preceitos institucionais) sem nenhum *telos* (um fim pré-ordenado) consolidado. Essa breve enunciação de uma necessidade interpretativa-sistemática da constituição é a premissa básica para que se possa perscrutar mais aprofundadamente (em sua esteira filosófica, principalmente) a questão contida no inciso VII, do artigo 4º da Constituição da República e a sua correlação com as determinações resolutórias de conflitos de maneira pacificadora contida no preâmbulo constitucional.

Para que se possa passar à discussão da análise acima encetada é imprescindível que se ponha em testilha o mencionado artigo constitucional, o qual enuncia que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da solução pacífica dos conflitos. A partir de uma breve leitura do mencionado artigo, percebe-se que ele se encontra em consentâneo com as indicações preambulares, haja vista determinar, expressamente, que a solução pacífica de conflitos seja erigida como um princípio regente das relações internacionais nas quais a República Federativa do Brasil tome parte.

O problema na análise do mencionado conjunto normativo (partindo-se do pressuposto que se tenha superado os eventuais achaques que propõem a inexistência de uma força normativa no preâmbulo) é a indicação, dos que defendem uma sistemática litigiosa para a resolução dos conflitos, que a solução pacífica de conflitos é algo que apenas rege a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, não servindo, desta feita, para tutelar ou regulamentar o restante das situações conflituosas, isto é, as demais situações abarcadas pelo direito comum nacional (as quais, indubitavelmente, constituem a maior parcela dos imbróglis existentes no campo jurídico). Assim sendo, a problemática básica que se lança é: ainda que havendo omissão acerca da solução pacífica de controvérsias como um

ponto de orientação para as ações estatais no ambiente interno, não estariam os gestores públicos vinculados a seguirem tal norte em face da unidade do sistema constitucional?

Para rechaçar essa contraposição a uma aplicação mais abrangente e mais incisiva das possibilidades resolutorias de conflitos pacificadora há de se recorrer ao coerentismo para explicar o porquê de as relações não abrangidas pelo direito internacional (como determina a redação do inciso VII do artigo 4º da Constituição da República) também devem ser solucionadas pacificamente. Tem, portanto, o presente trabalho, a partir de uma metodologia lógico-dedutiva, o intuito de se utilizar do coerentismo como fundamento lógico e jurídico da vinculação do legislador ordinário para uma política pública de pacificação dos conflitos, sob a ótica constitucional esposada no artigo acima abordado.

A pesquisa que se desenvolve, daqui em diante, busca fornecer base teórica e interpretativa para a defesa de uma necessidade de reorientação valorativa dos agentes públicos responsáveis pelas políticas públicas de gestão de conflitos no campo da responsabilidade do Estado. Assim como existem ações voltadas para grupos vulneráveis e concretização de direitos sociais, o tratamento das controvérsias da forma que melhor atenda aos ditames constitucionais deve ser objeto de estudo e preocupação dos agentes políticos. Para tanto, é indispensável que se construa uma sequência lógica de argumentos que deem azo e sustentação a essa nova formatação. O tema goza de relevância em face do momento de transição pelo qual atravessam os órgãos distribuidores de justiça e da necessidade de se criar políticas públicas judiciárias compatíveis com os comandos constitucionais para a matéria. Além disso, o estudo da constitucionalização é fundamental para a aferição valorativa em relação aos direcionamentos que devem ser atendidos por todos aqueles que manejam e conduzem a resolução de contendas, submetidas ou não ao Poder Judiciário.

O encadeamento do trabalho iniciará por uma breve enunciação teórica acerca do conflito, posteriormente tratará acerca do coerentismo e a solução de controvérsias, em seguida abordará a responsabilidade do Estado e, por, último tratará das conclusões.

2 O CONFLITO: CONCEITUAÇÃO, TEORIAS E ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS

Inicialmente, antes do aparecimento da teoria do conflito, o os embates ocorridos entre os seres humanos dentro de sua progressão histórico-social eram vistos, basicamente, como uma patologia social, ou, em todo o caso, como sendo um dos sintomas de uma patologia social que afligia populações ao redor do globo (ou seja, de alguma ou outra forma

o conflito sempre era tido como algo patológico, quando não era a própria patologia em si, era tido, ao menos, como uma de suas manifestações mais aparentes). A sociedade perfeita, portanto, era vista como uma sociedade sem conflitos e todas as utopias sociais sustentavam a necessidade de construir um modelo de sociedade sem conflitos, de pura cooperação.

Nesse sentido, Kalevi Jaakko Holsti (1991, p. 12) destaca que, segundo a concepção moderna comum, a guerra é considerada como uma aberração, uma catástrofe ou crime; em síntese, ela significava o abandono de políticas racionais por alguma outra coisa que conduziria a sociedade à destruição e ao caos. Por exemplo: a Primeira Guerra Mundial é tida como a catástrofe original do século XX. O autor finlandês quer demonstrar com isso que o conflito não era observado em sua totalidade, apenas havia um julgamento parcial da sociedade sobre o conflito, sem que suas causas e suas consequências fossem analisadas de forma detida e acurada.

A Teoria do Conflito visa, portanto, reavaliar a conotação negativa tradicional atribuída ao conflito e postula o conflito social como um mecanismo – ao menos potencialmente positivo – de inovação e mudança social. Em sintonia com essa corrente, o filósofo e educador norte-americano John Dewey (1988, p. 207) expressava que "o conflito é o tábano do pensamento". Esse aforismo parte da premissa que o conflito perturba a observação e a memória do indivíduo, instigando-o para novas invenções. O conflito, portanto, deixa de ser colocado como um simples motor de problemas e disseminação de contendas para se desenvolver como um móvel da implementação da sociedade e do próprio pensamento humano. O conflito, segundo Dewey provoca o choque, retirando o indivíduo do estado de "passividade ovina", e coloca-o entre a noção e a controversão de algo. Não que sempre se encontrem esses efeitos como resultados de conflitos, todavia, o conflito é a condição *sine qua non* da reflexão. De forma a contribuir com a noção de conflito social, Lewis A. Coser (1986, p. 91) pontua que o conflito é uma luta pelos valores, por status, pelo poder e pelos recursos escassos, no curso do qual os oponentes desejam neutralizar, infligir danos ou eliminar seus rivais. Um conflito será tido como social quando transcender o individual e se proceda na própria estrutura da sociedade.

A evolução epistemológica da teoria do conflito desenvolveu dois expoentes maiores, duas escolas por assim dizer. Uma delas, denominada de escola conducista, trabalha de forma específica o conflito social, a partir dos desenvolvidos a partir da década de 1950. A outra escola da teoria do conflito está intimamente vinculada à teoria dos jogos e aos estudos e escolas sobre negociação. Cumpre-se ressaltar que ela também é usualmente denominada de escola clássica. Os conducistas se enfocam no nível micro (tanto que essa corrente também é

denominada de teoria micro), e sua preocupação central é a análise do indivíduo antes da análise do conflito no grupo. Os conductistas prestam grande atenção aos fatores inconscientes na geração dos conflitos. Dentre os pressupostos fundamentais da escola conductista, o mais relevante deles se encontra na afirmação de que as raízes do conflito se encontram na natureza do comportamento humano.

De outra banda, existe a corrente da teoria do conflito que defende a abordagem clássica do tema, conectando-o principalmente com a teoria dos jogos. O enfoque clássico se foca no nível macro (por isso que essa corrente também é nominada de teoria macro, em oposição à teoria conductista) e está centralmente focado na análise de relacionamento entre os indivíduos conscientes e seus entremeios com os grupos sociais em que se inserem, seja de maneira voluntária ou não. Afinal, do ponto de vista macro, o desenvolvimento do conflito não depende unicamente da vontade de um indivíduo específico dentro do seu grupo de atuação, é possível que o conflito exsurja simplesmente da orquestração de fatores externos à sua vontade que findam por conduzir ao inevitável embate. Por isso que a escola clássica tende a analisar o grande número de variáveis (ou elementos de variação, sejam eles sociais, ambientais, estruturais, dentre outros) para compreender um conflito. Esse modelo é bastante diverso do método utilizado pela escola conductista, o qual se foca em isolar poucas variantes (usualmente elementos de variação apenas social) e aplicá-las a um grande número de conflitos para compreender o papel que desempenha cada variante dentro do processo de impasse-solução dos conflitos.

Os estudiosos clássicos do conflito, desde Tucídides e Sun Tzu, até Maquiavel, Marx e Von Clausewitz enfocaram em um aspecto específico do conflito: o poder. Esse era o elemento primordial para o desencadeamento, e também para uma possível solução dos conflitos. Todavia, posteriormente, verificou-se que esse único elemento não era suficiente para responder a todas as questões relativas a esse tópico, a simples estratificação do poder como elemento basilar do conflito era insatisfatória. Com base nessas constatações, meados da década de 50, a teoria da dissuasão abriu o caminho para teorias mais complexas no que diz respeito ao acompanhamento dos conflitos, como a teoria sobre "tomada de decisões" e a "teoria dos jogos". Ambas se originaram na ideia da escola clássica do século XX sobre o "ator racional". O modelo do ator racional foi desenvolvido por economistas para explicar o comportamento econômico humano (destaca-se nessa área específica as pesquisas de John Nash, que findou por ganhar um prêmio Nobel por tais contribuições). Pressupõe-se que os indivíduos fazem eleições informadas e tomam decisões sobre bases racionais, sopesando oportunidades (ganhar, perder).

Não obstante, há uma recente corrente defendida por Thomas Schelling, Prêmio Nobel em 2005, que tomou este modelo da teoria dos jogos para desenvolver uma nova e sofisticada teoria, a qual inclui, além das bases de racionalidade e oportunidades, a comunicação, a negociação, a informação, e introduz a importância da irracionalidade do pensamento estratégico nas resoluções de conflito. Essa corrente, também encabeçada por Stephen Littlejohn e Kathy Domenici (2001, p. 79), para quem a irracionalidade pode ser um dos elementos válidos dentro da apreciação das possibilidades resolutivas do conflito, desde que as partes do embate estejam predispostas a, ao menos, encetarem uma discussão sobre o tema controvertido entre elas.

Ainda que tais contribuições de caráter eminentemente lógico-matemático sejam fundamentais para os mais novos desenvolvimentos da teoria do conflito, sob esse enfoque específico, os elementos por ora citados servirão apenas de ilustração para tal ramo. Afinal, para os fins psicológicos e jurídicos propostos no trabalho em tela, não há necessidade de se tecer aprofundamentos que tangenciem a teoria dos jogos propriamente dita, afinal, por não se tratar de uma matéria humanística propriamente dita, não há a exigência de seu domínio para os atos sociais da resolução dos conflitos (extra) judicialmente postos.

É de grande valia apresentar nesse momento o que se convencionou na doutrina especializada de conceito operativo para o fenômeno sócio-jurídico do conflito. Essa é uma teoria que busca analisar a o conflito como um desdobramento intersubjetivo de justiça. Partindo-se da fundamentação de Bernard Mayer (2000, p. 5), tem-se que os conflitos surgem em virtude da circunstância de que alguém se sinta em atrito com outro, muito embora não haja a necessidade de esse sentimento ser recíproco (na prática, pois tal sentimento pode ser apenas um processo mental de uma das partes sem que haja efetiva resistência conflitiva entre ambos) nem reconhecido pelo outro. Isto é, segundo o mencionado autor, esse fenômeno do conflito deve ser concebido como algo “não reciprocamente perceptível”. A não reciprocidade na percepção, todavia, não significa que o conflito é apenas uma contraposição ou uma resistência intrapsíquica, fundada única e exclusivamente nos processos mentais do indivíduo (se assim o fosse, o quadro de doenças mentais, como, por exemplo, a esquizofrenia, seria o campo de estudo mais complexo da teoria do conflito). Assim, para que o conflito seja tido como um processo intersubjetivo é necessário que não se olvide a análise de todas as suas dimensões.

Antônio Rodrigues de Freitas Júnior (2009, p. 184) pontua que o conflito se projeta ao menos em três dimensões: cognitiva, emocional e comportamental. Desta feita, para que o conflito seja perfeito em sua constituição intersubjetiva, é necessário que ele se desenvolva

precipuaamente na dimensão objetivamente dada (comportamental). As definições até agora apresentadas são o gérmen de uma teoria do conflito, a qual, em sua completude, é capaz de traçar delineamentos distintivos importantes, como, por exemplo, a diferença de conflito e controvérsia, ou conflito e desajuste no relacionamento intersubjetivo. O que se urge denotar é uma predicação clara para o conflito, para assim se poder compreendê-lo de maneira mais adequada e robusta.

Um dos autores clássicos nessa seara, Morton Deutsch (1973, p. 10), de maneira bastante concisa (e até apontada por alguns como incipiente), coloca que “existe conflito quando quer que ocorram atividades incompatíveis”. Uma ação que é incompatível com outra é aquela que previne, obstrui, interfere, macula ou de algum outro modo faz com que a atividade do outro seja menos aplicável ou menos efetiva. Ele ainda acrescenta que há uma distinção fundamental entre competição e conflito, de modo que esses dois conceitos não são equivalentes, sinônimos ou intercambiáveis, como alguns outros autores insistem em afirmar. Tal como leciona o teórico americano, ainda que a competição produza focos de conflito, nem todas as instâncias de conflito refletem alguma espécie de competição⁴.

Outra pesquisadora teórica que busca depurar a conceituação de conflito é Marinés Suares (1996, p. 78). Ela parte da distinção de disputa e conflito para dar um tratamento epistemológico mais específico a essa questão. A definição de conflito exposta pela autora argentina se foca na sua conceituação como um processo interativo (o qual possui múltiplas possibilidades de desdobramento, pode ser progressivo, nascendo, crescendo-se e desenvolvendo-se com o tempo; pode haver seu decaimento, através da sua dissolução ou do seu desaparecimento; ou ainda pode ser estacionário, quando o seu progresso estanca em alguma de suas etapas) que se dá entre duas ou mais partes. Nesse processo de conflito o que predomina são as interações de natureza antagônica e não as interações de ordem atrativa.

Os indivíduos que promovem a sua intervenção nesse processo conflitivo o fazem como “seres totais”. Embora a autora em comento não defina bem o que é exatamente um “ser total”, pode-se tentar compreender esse termo na acepção de que cada integrante do conflito se manifesta apenas com o escopo de manter uma posição a ser defendida, independentemente do posicionamento do outro (daí a totalidade da vontade do sujeito na relação). Essa totalidade antagonista, todavia, não conduz à compreensão que todas as manifestações dos indivíduos em conflito são agressivas. Isso porque o processo do conflito é algo co-construído

⁴A distinção entre competição e conflito operada por Morton Deutsch desbanca parte da teorização de que o conflito surge apenas da presença e da busca pelo poder. Afinal, as disputas pelo poder em seu cerne congregam uma competição entre os sujeitos envolvidos.

pelas partes. Algo complexo, que a cada nova contribuição feita por um dos partícipes pode variar antagônica ou atrativamente – algo que poderá se alternar intraprocessualmente, quanto em função da percepção de cada um dos outros sujeitos (ERICKSEN, 2011, p. 377). Por outro lado, segundo Soares, a disputa é um embate de interesses que busca apenas trazer contraposições antagônicas entre os sujeitos, de modo que é algo bem menos complexo e intrincado que o conflito, haja vista que não há a possibilidade de que o outro sujeito da relação venha a aceitar nenhuma das intervenções feitas pelos demais sujeitos.

Outra definição de grande importância a ser destacada no presente trabalho é trazida à baila por Lia Regina Castaldo Sampaio e Adolfo Braga Neto (2007, p. 31). Os mencionados autores fazem especial destaque para o caráter didático-teleológico da definição de conflito. Assim, conflito pode ser definido como “um conjunto de propósitos, métodos ou condutas *divergentes*, que acabam por acarretar um choque de posições antagônicas, em momentos de divergências entre as pessoas, sejam físicas⁵ ou jurídicas”. Destarte, diferentemente no modo de abordagem de Marinés Soares, os referidos autores brasileiros não colocam a importância do conflito apenas nas proposições antagônicas (afinal, elas são sim importantes na constituição do conflito), mas salientam que é necessário haver choque, haver divergência nessas proposições para que se possa didaticamente delinear os limites conceituais do conflito. Com efeito, tomando-se por base que o conflito é um fator que entrecorta várias facetas da existência humana, é fácil perceber porque existem tantas definições diferentes e porque nenhuma consegue ser completa ao ponto de ser tida como única.

Assumindo essa impossibilidade de se delinear uma teoria do conflito que seja definitiva e adequada para todas as situações em que o fenômeno do embate social esteja presente, Antônio Rodrigues Freitas Júnior (2009, p. 186) se propõe a analisar apenas os conflitos que tenham uma repercussão jurídica definida e estrita. Para tanto, ele postula, dentro do limite objetivo de sua teoria, que apenas os conflitos que “se projetam nas relações subjetivas entre os atores sociais – individuais ou institucionais – que sejam portadores de valores distintos de justiça” devam ser considerados. Por essa razão que ele denomina tais conflitos de “conflitos de justiça”, de maneira que a sua análise fica adstrita apenas às pessoas e aos entes despersonalizados que o direito confere a natureza subjetiva própria. Esse corte epistemológico é essencial para que se possa perscrutar adequadamente as causas e os efeitos

⁵Pontue-se apenas que, do ponto de vista técnico-jurídico, o mais adequado seria se valer do termo “pessoa natural” e não “pessoa física” que, apesar de utilizado em alguns diplomas normativos, como o Código Tributário Nacional, é um termo ultrapassado, uma vez que o atual Código Civil de 2002 optou por se valer dessa nova nomenclatura que valoriza os aspectos intrínsecos da pessoa humana e a sua dignidade.

do conflito no âmbito jurídico, haja vista que sem essa restrição conceitual não haveria possibilidade de se determinar com tamanha propriedade a extensão os próprios conflitos.

Tomando por base a definição de Lauro Ericksen (2011, p. 378) que as feições de um problema dos conflitos é, em último caso, um problema estrito de conceitos de justiça a ser aplicado aos casos concretos, a teoria do conflito na perspectiva por ora abordada tem como escopo fundamental investigar a eficácia e a possibilidade aplicativa do emprego desse critério como divisor de águas daquilo que pode ser de fato considerado um conflito. Existem situações hipotéticas em que não é aplicável a definição de conflito, ainda que não haja a pacificação plena entre os agentes sociais. Como exemplo de um caso que não se afigura susceptível da aplicação da teoria do conflito de justiça, o autor em comento coloca a situação em dois sujeitos não se reconhecem em uma atmosfera de disputa, não se colocam de modo colidente e também não se identificam como portadores de diferentes concepções de justiça (a justiça nesse caso deve ser compreendida na sua acepção mais abrangente e subjetiva possível). Nessa situação hipotética, de plano, não se pode afastar a existência de um conflito (afinal, pode ser que existam pretensões contrapostas numa sucessão temporal que não sejam necessariamente colidentes, elas podem ser *apenas divergentes*⁶), conquanto isso seja plausível, mas deve-se asseverar que não é possível que haja uma intervenção externa para a sua resolução. Por esse motivo de não ser cabível uma intervenção externa com o fito de resolver o dissenso que o conceito de conflito não é aplicável ao caso hipotético anteriormente descrito. A definição de conflito de justiça será aplicável a outras hipóteses, especificamente se atendo àquelas em que seja possível a intervenção prática dos envolvidos ou, aditivamente, terceiros. Ademais, é imprescindível que esses sujeitos adquiram visibilidade e relevância, no que diz respeito ao “problema alocativo, comportamental e motivacional”, algo que o autor em comento sintetiza como sendo um problema de justiça e de paz.

Na verdade, aquilo que é posto como um problema – nas três diferentes ordens aludidas –, condensam-se nos elementos indispensáveis para a configuração de situações de conflito, esses elementos se conglobam para formar o próprio conflito. Tais conceituações basilares devem, portanto, ser dispostas em três planos: plano objetivo, plano comportamental e plano anímico ou motivacional. No plano objetivo do conflito se encontra o problema alocativo. *Problema alocativo* é um vocábulo bastante técnico (e pouco usual) válido para designar que o conflito se desenrola de forma incidente sobre os bens tidos como escassos ou sobre os encargos compreendidos como necessários. Devendo-se salientar que os bens ou

⁶Nesse ponto, a definição de conflitos de justiça de Antônio Rodrigues Freitas Júnior se afasta da concepção da teoria do conflito tal como enunciada por Sampaio e Braga Neto.

encargos podem tanto ser de natureza material ou intelectual, não há restrição nesse sentido no que diz respeito a uma “alocação materialmente destinada”. Já no plano comportamental, para que se constitua o conflito é necessário que de alguma forma, seja ela consciente ou inconsciente⁷, intencional ou não, haja uma contraposição no “vetor de conduta” dos dois sujeitos (FREITAS JÚNIOR, 2009, p. 187). Ou seja, a conduta dos sujeitos conflitantes deve ser peremptoriamente tida como algo colidente, que aja um choque nas suas disposições de direcionamento e de sentido (por isso o uso de “vetor” de conduta, um termo técnico da física que exige um sentido e uma direção determinada para que a vetorização de um objeto seja observada). No plano anímico, ou motivacional, por seu turno, é indispensável que os sujeitos envolvidos tenham percepções diferentes dos valores de justiça. Outrossim, ao tratar do problema alocativo (objetivo), os sujeitos devem ter, em sua disposição mais própria, configurações axiológicas diversas no tocante a justiça. Isso é exigido, porque, se de outra forma fosse admissível o conflito, ter-se-ia apenas um problema alocativo sem uma reflexão dos sujeitos que fosse diferente em si mesma. Desta maneira, eles poderiam até perceber que tinham um problema objetivamente posto que devesse ser resolvido, mas também notariam que a fundamentação para o dissenso não era idônea, uma vez que eles não estariam a discordar acerca do valor de justiça a ser empregado. Em síntese, o problema alocativo seria meramente aparente, pois, ao aquiescerem reciprocamente no que tange ao valor de justiça a ser aplicado seria de plano perceptível que o conflito não chegou efetivamente a se formar.

3 O COERENTISMO E A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS: O CASO DO ARTIGO 4º, INCISO VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A justificação filosófica (e no caso em debate, também, jurídica) para que haja uma aplicação irrestrita das soluções pacificadoras dos conflitos jurídicos reside na necessidade de se ter uma coerência entre todas as disposições normativas que digam respeito ao mesmo tema, ou seja, à solução de conflitos. De acordo com as bases do coerentismo, uma crença é justificada se é coerente com crenças inseridas num conjunto já aceito (GRAYLING, 1996, p.39-63). Assim sendo, o objetivo primordial consiste em especificar, dentro do sistema, como a coerência se dá, sem que seja necessário recorrer a um tratamento circular do problema de como as crenças anteriormente aceitas, na verdade, já eram aceitas por si mesmas.

⁷Haverá, no tópico referente a esse assunto (3.2) uma breve crítica à tendência psicanalítica de considerar válido o plano da inconsciência como um critério válido de análise no desenrolar e na formação dos conflitos.

O conceito de coerência tem sua base teórica na noção de sistema, como sendo um conjunto cujos elementos permanecem em relação mútua tanto de consistência, como de interdependência. Essa é uma definição de coerência bem simples e fácil de se compreender, no entanto, a sua explicação lógica mais aprofundada enuncia que a coerência tem um aspecto eminentemente negativo, ao o todo no qual estão inseridos e do qual fazem parte (CIRNE-LIMA, 2002, p.108). Em última instância, a coerência é uma reformulação do Princípio aristotélico da Não-Contradição, de modo que, em termos neo-platônicos, ele é uma combinação entre a unidade (premissa básica da crença defendida) e a ordem da mônada⁸ com a multiplicidade da díade⁹ indeterminada. Assim que se define o princípio da coerência universal, agregando conceitos de unidade e de identidade sem, contudo, rejeitar a possibilidade de uma nova inserção lógica dentro do próprio conjunto já estabelecido de premissas e de crenças válidas – uma visão bastante próxima do conceito de coerência no sistema de experiências de William James (WAALS, 2007, p.74), segundo o qual deve haver uma evolução na adequação de novas experiências que suscitem novas crenças.

A coerência finda por ser compreendida como sendo o elemento lógico fundamental que serve para evitar a contradição de qualquer sistema (filosófico ou jurídico), a partir da cessação do problema da derivação e da desnecessidade de se recorrer a uma circularidade para explicar a causa de alguma assertiva dentro do conjunto de possibilidades já pré-definido anteriormente. Neste passo, há de se observar que é amplamente aceito que a própria sustentabilidade de crenças por meio de outras crenças exige, como elemento básico e mínimo, a própria coerência (WILLIAMS, 1996, p.266). É justamente nesse horizonte de interpretação lógica do sistema que se pode compreender a exigência de haver uma consistência entre a crença a ser infirmada e o conjunto a qual ela pertence. O critério da consistência se subentende se a própria derivação conjuntural se der em consentâneo com as próprias premissas estatuídas no conjunto que serve de orientação para o conteúdo do próprio sistema.

Já no que concerne ao critério da dependência exigido para se obter a coerência de crenças, há certa discussão atinente a sua formulação universal. Existindo, portanto, basicamente duas correntes para tentar explicar tal critério. A primeira delas determina que a dependência significa implicação recíproca entre crenças, de modo que mutuamente elas devem ser corresponder logicamente para que a coerência seja instaurada. Uma segunda

⁸Conceito fundamental e básico do sistema filosófico e lógico de Leibniz, segundo o qual significa “substância simples” – do grego *μονάς*, *μόνος*, que se traduz por "único", "simples". Como tal, faz parte dos compostos, sendo ela própria sem partes e, portanto, indissolúvel e indestrutível. (LEIBNIZ, 1956, p.14).

⁹A díade é um par no qual a individualidade de cada um é eliminada em detrimento da unidade.

noção enuncia que a crença é coerente com o conjunto analisado se qualquer uma das crenças derivadas seguir-se do próprio conjunto e se nenhum subconjunto de crenças for logicamente independente do restante. Conjugando a consistência com a dependência há de se chegar ao “equilíbrio reflexivo”, o qual decorre da compatibilização lógica dos preceitos de consistência e de dependência que cada crença exhibe em sua comparação com o todo sistemático e com as delimitações formais do próprio conjunto com o qual ela se relaciona na análise lógica de sua coerência, de modo que a “reflexividade” aponta para o reconhecimento de que aquela crença já se encontra inserta naquele conjunto com o qual ela é confrontada, estando, em equilíbrio com o próprio processo lógico de adequação de crenças e conjuntos abordados (BEAUCHAMP e CHILDRESS, 1994, p.38). Em última instância, a coerência finda por assumir o papel de um “teste de verdade” desempenhando um papel epistemológico na validação das premissas que compõem as crenças que se relacionam com os conjuntos que lhe servem de base de aplicação e de existência, em um sentido mais amplo da sua análise lógica (HAACK, 2002, p.140).

Depois de toda essa explicação filosófica de matiz lógica, retomando o caso jurídico em apreço, há de se observar que o conjunto pré-estabelecido de normas aponta que a coerência para com o sistema jurídico mais amplo indica que a solução de conflitos deve ser operada de maneira pacífica (ou pacificadora), qualquer crença que defenda o contrário está eivada de incoerência (como elemento negativo da análise lógica da própria relação da crença para com o conjunto abordado, como demonstrado anteriormente).

Não há consistência em defender que no plano internacional os conflitos devem ser resolvidos pacificamente e defender, mutuamente, que no plano interno deva haver o apoio à litigiosidade. Não há estruturação lógica e consistente para se asseverar a premissa básica de uma corrente que não defenda a pacificação social em sentido mais amplo, e, que, ao mesmo tempo, proponha a litigiosidade como elemento central da argumentação. A formalização desse empenho jurídico é inconsistente com o próprio conjunto normativo de crenças estabelecido pela constituição (tanto no preâmbulo quanto no inciso VII do artigo 4º).

Ademais, não há a relação de dependência entre a defesa da litigiosidade no plano interno e a aplicação de resoluções pacíficas no plano externo, como se eles fossem dois conjuntos apartados, na verdade, trata-se de uma crença incoerente com o conjunto ao qual ela se comunica logicamente. Não há nem derivação (a pacificação como regra geral não dá azo a se derivar a litigiosidade como regra específica) nem, tampouco, se forma a litigiosidade a partir de um subconjunto dependente da normatização constitucional, como se, por exemplo, existisse alguma norma internacional que o Brasil fosse signatário que determinasse

litigiosidade como regra resolutória dos conflitos, ademais, para que esse subconjunto fosse válido seria necessário que houvesse toda integração normativa ao sistema jurídico pátrio, sem falar que, axiologicamente, tal determinação seria incompatível com o atual sistema brasileiro que já possui determinações acerca desse tema.

No entanto, há de ser peremptório em afirmar que esse subconjunto relativamente independente não existe, de modo que esse cenário, a não ser a título de explanação acadêmica, não pode sequer ser cogitado como normativo e válido segundo os critérios estabelecidos. É ilógico, do ponto de vista da validade das premissas e das crenças apresentadas, que haja uma indicação normativa num certo sentido que se encaixa dentro dos parâmetros normativos de um conjunto de elementos constitucionais em frontal discrepância com as determinações de resolução litigiosas de conflitos no âmbito interno da República Federativa do Brasil.

Com base nessa explicação lógica, há de se chegar ao entendimento (ou ao menos de se chegar à tentativa validada logicamente de uma defesa do entendimento) de que as relações jurídicas desenvolvidas internamente não podem estar subjugadas a uma regra incoerente com o próprio conjunto definido sistematicamente pela Constituição. Não se está sequer a advogar um monismo em termos de aplicação de normas internacionais (não há de se adentrar nessa seara para compreender os critérios de lógica e de formalização encetados nessa argumentação), apenas há de se compreender que o sistema constitucional, em sua inteireza, clama tanto por uma unidade interpretativa, quanto por uma identidade lógica em sua aplicação.

Desta feita, há de se compreender derradeiramente que o único posicionamento que se coaduna com tais exigências é o que defende que no plano interno, ainda que não haja uma disposição textual expressa nesse sentido, trata-se, portanto, de uma inferência lógica e coerente com o conjunto normativo constitucional, deve-se ter uma política institucional de resolução de conflitos pacífica, a qual deriva, em última instância, da própria Constituição e de uma interpretação coerente entre o sistema constitucional estabelecido e o conjunto normativo por ele próprio erigido em prol de uma solução de conflitos precipuamente pacificadora. Percebe-se, portanto, como o coerentismo serve de esqueleto teórico para cimentar a necessidade de se ter a propulsão de políticas públicas no âmbito interno que fomentem a solução pacífica de conflitos, sob pena de se ter uma incoerência lógica para com a análise mais aprofundada e delineada dos elementos básicos do sistema constitucional vigente.

4 A RESPONSABILIDADE DO ESTADO COMO PROMOTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS PACIFICADORAS

A responsabilidade estatal decorre da necessidade de estruturação do funcionamento social tomada como pressuposto lógico a inserção da atividade do ente abstrato regulador no desenvolvimento da humanidade. A ideia de responsabilidade tem origens na Roma antiga. O termo *spondeo* é o mais aproximado da locução responsabilidade e era designada para aquelas pessoas devedoras, que respondiam pelos danos decorrentes dos contratos verbais, instituindo uma das primeiras ideias de restauração de equilíbrio econômico, jurídico e de reparação do dano (GONÇALVES, 2002, p.1).

Contudo, é necessário destacar que o termo latino refere-se ao gênero responsabilidade, a qual é distinta das outras tipologias, quais sejam responsabilidade moral e responsabilidade jurídica. A primeira categoria está ligada às regras de natureza moral ou religiosa e atua no campo da consciência individual. Foi largamente difundida durante os primeiros séculos da Era Cristã e na Idade Média com o Direito Canônico. É uma espécie mais generalista de responsabilidade, pois prescinde do conceito de dano e bebe das definições de pecado, certo e errado, céu e inferno.

A responsabilidade jurídica, por seu turno, só é caracterizada quando há violação de norma jurídica, devidamente elaborada de acordo com os trâmites constitucionais, e haja dano. Logo, vê-se que a distinção reside em critérios objetivos e previamente estabelecidos. No campo da responsabilidade jurídica estão abrigadas as diversas naturezas subespécies, inclusive a civil.

A Constituição da República afirma repetitivamente a responsabilidade do Estado na promoção das políticas públicas e dos critérios para seu acesso, quase sempre com o artigo *caput* dos títulos referentes à saúde, à educação, à seguridade social, dentre outros. Sabe-se, em contraposição, que a atuação nos direitos prestacionais demanda recursos financeiros, os quais estão limitados pelas leis orçamentárias e, segundo alguns doutrinadores, pelas cláusulas da reserva do possível. Segundo Paulo Gilberto Cogo Leivas, a cláusula da reserva do possível foi “referida no julgamento do caso *Numerus Clausus I* pelo Tribunal Constitucional Federal da Alemanha [...]” no qual o referido Tribunal “distingue dois direitos: um direito a participar nas instituições educativas existentes e um direito à criação de novas vagas”. (LEIVAS, 2006, p.97-98).

A afirmação de programas direcionados ao Estado reporta aos postulados propostos por J.J. Canotilho na sua Teoria da Constituição Dirigente. Pela teoria dirigente, busca-se

romper com a tradicional concepção das normas programáticas, desde o momento em que a Constituição não se delimita apenas a assegurar direitos existentes ou prever ideais de sociedade, mas age como instrumento de transformação de realidades orientado para o futuro. O raciocínio dedutível do dirigismo abriga-se na já insistida força jurídica da Constituição, mas vai além quando tenta vincular o legislador, positiva ou negativamente, fornecendo-lhe fundamentos e linhas de atuação na política.

Veja-se que a Constituição Federal de 1988, de cristalino caráter dirigente, é dotada de um conjunto de dispositivos programáticos que levam (ou deveriam levar) os governantes e parlamentares a trilhas bem específicas no caminho de concretização constitucional. Embora o próprio Canotilho tenha admitido uma revisão na sua Teoria da Constituição Dirigente, ao adaptá-la às novas circunstâncias factuais portuguesas e propugnar por uma teoria própria de dirigismo em cada Estado, não é recomendável abandonar tão importante e influente arquétipo científico, mormente em realidades de não realização plena dos programas pontuados pela *Lex Fundamentalisl* (MARQUES NETO et al, 2005, p.18).

Não obstante o intrínseco relacionamento entre o dirigismo constitucional e as normas programáticas, aquele é a pedra de toque entre a constitucionalização do direito das relações privadas e a eficácia das normas constitucionais. É possível que a positivação constitucional das relações privadas seja encampada como norma programática no corpo da Constituição ao traduzir objetivo, programa ou valor a ser estimulados pelo Estado. Convém aqui ressaltar que a vinculação do legislador - seja em relação às normas pontualmente programáticas (como defende Lerche) ou à toda a Constituição [Dirigente]- não se sucede apenas no plano do *um dia será*. A ideia de esperança de aplainamento das desigualdades por intermédio da Constituição pode e deve ser viabilizada desde já, para que no futuro haja resultados consistentes de alteração social.

De toda forma, no que ainda pertine à eficácia das normas em estudo, seja em qualquer categorização tomada como paradigmática, sempre se remeterá ao dualismo entre a aplicabilidade imediata ou mediata e a necessidade e intervenção do legislador ordinário para a concretização daquelas. O cerne da questão não paira sobre uma classificação ou outra, até porque, nesse aspecto, importa muito mais a materialidade da eficácia do que as belas e eruditas terminologias dispensadas pela doutrina aos institutos. Desprezar o conteúdo e se debruçar sobre as formas, em detrimento da essência, implicaria cair numa angústia do mesmo nível da esposada na canção *Palavras ao Vento*, composta por Marisa Monte e Moraes Moreira e interpretada pela saudosa Cássia Eller, nos versos “Palavras apenas,

palavras pequenas, palavras ao vento”. É dizer: mudam-se as locuções, mas o problema (ou solução) da aplicabilidade permanece.

Deve-se alertar para o fato do momento histórico da construção classificatória do professor José Afonso, hoje tida como clássica e lastro para uma série de decisões judiciais referentes aos direitos fundamentais. A categorização foi elaborada num momento histórico de ditadura militar (1967), no qual os valores constitucionais eram recorrentemente violentados. A representatividade constitucional delimitava-se à sua natureza política, de forma que a teorização feita pelo professor foi uma corajosa tentativa de reação ao sistema jurídico-político vigente baseada na atribuição de eficácia a todos os dispositivos constitucionais, a depender da espécie de norma tratada. O momento democrático atual, pautado pela difundida liberdade e força normativa das liberdades públicas exige uma nova hermenêutica do que se compreende por aplicabilidade das normas constitucionais para se fazer, inclusive, uma interpretação aberta do Estatuto Maior.

Ao se tratar do tema constitucionalização do direito na concepção até aqui encarada é imprescindível que haja a compatibilização com a eficácia das normas positivadoras das fontes materiais constitucionais. A elevação ao nível da Constituição tem como premissa o desejo social, representado pela Vontade Magna, de concretização dos direitos ora dogmatizados. Nesse sentido, propõe-se um diálogo entre as normas constitucionais, em especial aquelas decorrentes de clamores populares e de importância estratégica para as relações sociais, e teorizações acerca de suas aplicabilidades.

O defendido diálogo aqui proposto calca-se na necessidade de valorização das aspirações populares. Afinal, é *da* nação, mediante o sistema imputativo-representativo, a referência legitimadora da ordem jurídica, bem como é para o arrimo, a ascensão e o desenvolvimento dos homens que também se supõe uma Constituição.

Portanto, no que toca à solução pacífica de conflitos não se visualiza outra saída senão a observância do legislador e dos gestores públicos quanto à respectiva vinculação aos valores constitucionais referentes à solução pacífica de conflitos. A ausência de uma política pública judiciária que ultrapasse meros paliativos procedimentais ou cujo fim não seja o atendimento estatístico do número de processos solucionados é incompatível com as disposições constitucionais.

As previsões constitucionais – desde o preâmbulo até o instituto da arbitragem – devem ser lidas e interpretadas de forma sistemática. A melhor hermenêutica sugere que a solução, por intermédio da pacificação, foi desejada pelo legislador constituinte, motivo pelo qual estariam todos os agentes públicos, notadamente aqueles responsáveis pela condução das

políticas públicas, designados a investir na concretização dos valores constitucionais atinentes à matéria.

A materialidade e a densidade da representação dos conceitos constitucionais para a sociedade brasileira, *in casu*, a orientação legislativa e judiciária para a gestão dos conflitos pode ser alcançada com investimentos maciços – não somente em sede de procedimentos judiciais e reformas processualísticas – numa ampla campanha de conscientização social acerca das vantagens da cultura da paz e seus espectros dialógicos.

O alcance da solução pacífica dos conflitos como base cultural de um povo só pode ser atingido mediante um compromisso público das autoridades políticas, das lideranças sociais e do engendramento de um Plano Nacional de Pacificação que abranja os mais diversos setores sociais. A adoção do princípio da pacificação como bússola de ação individual e coletiva reclama o esclarecimento da sua operacionalização, a estruturação de órgãos públicos voltados especificamente para o tratamento da matéria, tais como centros e núcleos de conciliação, mediação, o estímulo à utilização da arbitragem como mecanismo alternativo à jurisdição, ressaltando o seu caráter célere e extrajudicial, bem como a formação de servidores públicos e agentes privados para os respectivos centros.

O Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria de Reforma do Judiciário, em atenção a esta essa necessidade, ainda que em escala de baixo impacto, tem criado ações voltadas para a consolidação de uma Justiça Comunitária¹⁰. Tal política pública visa a implantação ou o fortalecimento de núcleos por meio do financiamento de atividades de capacitação de agentes de mediação comunitária, aquisição de equipamentos, contratação de profissionais e adequações de espaços físicos. Os núcleos funcionam com a capacitação de cidadãos em técnicas de mediação de conflitos, inserindo a cultura do diálogo¹¹. Assim, as sessões são promovidas pelos agentes no sentido de mediar conflitos familiares e de outra natureza, orientados por uma equipe multidisciplinar composta por 01 psicólogo, 01 assistente social e 01 advogado¹² (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

Para além das providenciais iniciais, uma atuação estatal no sentido de promover a desjudicialização de diversos conflitos, em contraponto às práticas judiciaristas já comprovadas, que se debruce sobre matérias de relevo nacional e seja um órgão capaz de se

¹⁰A Justiça Comunitária integra uma das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

¹¹Outra iniciativa notável foi a criação da Escola Nacional de Conciliação e Mediação – primeira do país destinada à capacitação de profissionais do Direito para atuar nesse campo de soluções de litígios. A instituição foi lançada pelo Ministério da Justiça, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

¹²Paralelamente, é oferecido atendimento psicológico, assistencial e jurídico a membros da comunidade local envolvidos em conflitos.

dedicar qualitativamente aos seus julgados de cunho coletivo. Porém, em nome da coerência que valida toda ação e resultado, é necessária uma ampla revisão das posturas estatais quanto à sua defesa e à sua atuação em juízo. Se a Carta de 1988 propôs um modelo de resolução de contendas, o primeiro destinatário é, inarredavelmente, o ente abstrato que por ela é suportado e detalhado em seu texto. Exigir ou concluir pela promoção de uma política pública a ser desenvolvida por quem age contrariamente aos seus pressupostos básicos é cair num abismo de ineficiência ou, utopia ideológica, para ser, no mínimo, otimista.

5 CONCLUSÃO

Após realizadas as explanações devidas no curso deste escrito, necessário serem feitas algumas ponderações conclusivas sobre a constitucionalização da solução pacífica de conflitos.

O almejado com a exposição das variações teóricas foi permitir um conhecimento, ainda que breve e não exaustivo, sobre a literatura existente. A aquisição mental dos conceitos pode ser decisiva no processo de mudança de rumo de um profissional comprometido com a cultura da paz, mas que o faça de forma meramente intuitiva, para uma formação mais tecnicista. Deve-se evitar uma compreensão incompleta da conduta conflitiva, pois isso representa um comprometimento da habilidade e da capacidade no manusear os dissensos de forma positiva, visto que limita o auxílio que estaria disponível aos adversários que buscam soluções efetivas e, particularmente, impede a celebração de acordos que limitem o aumento das contendas antes que elas fujam ao controle.

A interpretação constitucional deve guiar-se por um modelo que preze pela unidade constitucional no sentido mais amplo da definição deste critério interpretativo. A aplicação da lente coerentista resulta na compreensão de se entender que o Estado Brasileiro orienta-se também na ordem interna pelo princípio da solução pacífica de controvérsias, sob pena de qualquer aceção em contrário implicar em implosão lógica da própria interpretação das normas constitucionais. Desta feita, cabe ao Estado Brasileiro concretizar esta diretriz estabelecida na ordem jurídica de 1988. Isto se operacionaliza pela consecução das políticas judiciárias pacificadoras atribuídas aos órgãos competentes com o intuito de promover uma ampla campanha pública das vantagens dialógicas e dos mecanismos pacíficos de resolução de controvérsias.

No mesmo sentido, o Direito não deve ignorar o auxílio das ciências auxiliares no processo de compreensão das demandas que lhes são submetidas, em especial a Filosofia e

Sociologia do Direito, na ramificação da Sociologia do Conflito. Uma postura indiferente aos ricos ensinamentos de outras esferas de conhecimento reduziria a função jurisdicional a um tecnicismo de ordem meramente processual e à margem de uma das funções da jurisdição: a pacificação dos conflitos.

O alcance da solução pacífica dos conflitos como base cultural de um povo só pode ser atingido mediante um compromisso público das autoridades políticas, lideranças sociais e engendramento de um Plano Nacional de Pacificação que abranja os mais diversos setores sociais. A adoção do princípio da pacificação como bússola de ação individual e coletiva reclama o esclarecimento da sua operacionalização, a estruturação de órgãos públicos voltados especificamente para o tratamento da matéria, tais como centros e núcleos de conciliação, mediação, o estímulo à utilização da arbitragem como mecanismo alternativo à jurisdição, ressaltando seu caráter célere e extrajudicial, bem como a formação de servidores públicos e agentes privados para os respectivos centros.

Para além destas providenciais iniciais, uma atuação estatal no sentido de promover a desjudicialização de diversos conflitos em contraponto às práticas judiciaristas já comprovadas como instrumento de permissão ao Poder Judiciário que se debruce sobre matérias de relevo nacional e seja um órgão capaz de dedicar-se qualitativamente aos seus julgados de cunho coletivo. Porém, em nome da coerência que valida toda ação e resultado, é necessária uma ampla revisão das posturas estatais quanto a sua defesa e atuação em juízo. Se a Carta de 1988 propôs um modelo de resolução de contendas, o primeiro destinatário é, inarredavelmente, o ente abstrato que por ela é suportado e detalhado no seu texto. Exigir ou concluir pela promoção de uma política pública a ser desenvolvida por quem age contrariamente aos seus pressupostos básicos é cair num abismo de ineficiência ou, utopia ideológica, para ser, no mínimo, otimista.

A abstração da mera textualidade para o debruçamento valorativo e lógico é a pedra de toque do raciocínio sob encerramento. O coerentismo é o referencial autorizador das conclusões dotadas de uma unidade de sentido para com a solução dos conflitos, isto é, que na ordem interna – assim como na internacional – deve-se atender ao valor principiológico da solução das controvérsias.

A realidade do Estado Brasileiro e da eficácia das normas constitucionais tem demonstrado uma crise de credibilidade nas instituições democráticas e no catálogo de direitos outorgados aos cidadãos. Há, em certa medida, uma baixa autoestima constitucional e, a nosso ver, deve-se, em parte, ao patente desprezo com que as raízes da democracia brasileira são tratadas. Portanto, o sentido coerentista das normas constitucionais, como

espeque teórico, atendem aos efeitos lógicos no sentido de cimentar a necessidade de se ter a propulsão de políticas públicas no âmbito interno e externo que fomentem a solução pacífica de conflitos, sob pena de se ter uma incoerência lógica para com a análise mais aprofundada e delineada dos elementos básicos do sistema constitucional vigente.

REFERÊNCIAS

BEAUCHAMP, Tom L., CHILDRESS, James F. **Principles of Biomedical Ethics**. 4. ed. New York: Oxford University, 1994.

BERCOVICI, Gilberto. **A Constituição Dirigente e a Constitucionalização de Tudo (ou do Nada)**. In: A Constitucionalização do Direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 167-175.

CIRNE-LIMA, Carlos. **Sobre o Uno e o Múltiplo em Plotino**. In: SOUZA, Draiton Gonzaga de (ORG.). *Amor Scientiæ: Festschrift* em Homenagem a Reinhold Aloysio Ullmann. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 79-110.

COSER, Lewis A., **The Functions of Social Conflict**. New York: The Free Press, 1986.

DEUTSCH, Morton. **The Resolution of Conflict: Constructive and Destructive Processes**. New Haven: Yale UP, 1973.

DEWEY, John. **Human Nature and Conduct**. Carbondale: Southern Illinois UP, 1988.

ERICKSEN, Lauro. Compreensão do Conflito Social Como um Problema Alocativo: Apontamentos Sobre o Fenômeno Sociojurídico do Conflito. **Prisma Jurídico**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 369-394, jul./dez. 2011.

FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de. **Mediações em Relações de Trabalho no Brasil**. In: CASELLA, Paulo Borba; SOUZA, Luciane Moessa de (Org.). **Mediação de Conflitos: Novo Paradigma de Acesso à Justiça**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

GRAYLING, A C. Epistemology. Epistemology. In: Bunnin et al (ORGS). **The Blackwell Companion to Philosophy**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996. p. 39-63.p.44.

HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas**. Trad. César Augusto Mortari. São Paulo: UNESP, 2002.

HOLSTI, Kalevi Jaakko. **Peace and War: Armed Conflicts and International Order, 1648-1989**. Cambridge: Press Syndicate of The University of Cambridge, 1991.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm Von. **La Monadologie**. Paris: Librairie Delagrave, 1956.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Teoria dos Direito Fundamentais Sociais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LITTLEJOHN, Stephen W.; DOMENICI, Kathy. **Engaging Communication in Conflict: Systemic Practice**. Thousand Oaks: Sage, 2001.

MARQUES NETO *et al.* **Canotilho e a Constituição Dirigente**. Org.: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

MAYER, Bernard S. **The Dynamics of Conflict Resolution: A Practioner's Guide**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldo; BRAGA NETO, Adolfo. **O Que é Mediação de Conflitos?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

SUARES, Marinés. **Mediación: Conducción de Disputas, Comunicación e Técnicas**. Buenos Aires: Paidós, 1996.

WAALS, Cornelis de. **Sobre Pragmatismo**. Trad. Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2007.

WILLIAMS, Michael. **Unnatural Doubts**. Princeton, 1996.